



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo temático 4: Pobreza e desigualdades no capitalismo Contemporâneo.

O fenômeno população em situação de rua e a ideologia

Resumo

O objetivo desse artigo é discutir acerca da relação entre o fenômeno social população em situação de rua e a ideologia. Entendemos enquanto fundamental a discussão da lei geral de acumulação capitalista para evidenciar a realização enquanto um produto do modo de produção capitalista. Indicamos a população em situação de rua como componente da superpopulação relativa. Destacaremos a ideologia em meio ao processo de realização e veremos que o caráter de classe social é ocultado, sobressaindo o indivíduo com a consequente culpabilização dos sujeitos por sua condição de vida, de forma a isentar o capitalismo de suas contradições, com reprodução nítida da ideologia liberal.

Palavras-chave

Superpopulação relativa; Ideologia; População em situação de rua; classe trabalhadora.

The homelessness and the liberal ideology

Abstract

The purpose of this article is to discuss the relationship between the social phenomenon homelessness and the ideology. We understand as fundamental the discussion of the general law of capitalist accumulation to evidence the realization as a product of the capitalist mode of production. We indicate the homelessness as a component of relative overpopulation. We will emphasize the ideology in the middle of the process of realization and we will see that the character of social class is hidden, standing out the individual with the consequent culpability of the subjects by their condition of life, in order to exempt the capitalism of its contradictions, with clear reproduction of the ideology liberal.

Keywords

Relative overpopulation; Ideology; Homelessness; working class.

Introdução

Por que existem pessoas que vivem em situação de rua? Sua existência vincula-se às escolhas individuais? A realização pode ser explicada meramente por causa dos chamados “vícios”? A vida nas ruas é uma escolha feita por “vagabundos”? Existem questões escondidas em concepções que respondem positivamente a estas últimas perguntas, que precisam ser desveladas para buscarmos as determinações inerentes ao processo de realização? Como a população em situação de rua percebe e explica sua condição de vida? Qual ideologia é inerente à sua explicação?

O fenômeno social população em situação de rua existe como fruto do modo de produção capitalista e funciona como alavanca ao processo de acumulação. É consequência do cumprimento da lei geral de acumulação que vigora nesse modo de produção. Fazem parte da classe trabalhadora e compõe a superpopulação relativa. Problematizaremos esses aspectos.

Discordamos de concepções moralizantes e culpabilizadoras que reduzem a situação de rua ao chamado “vício” e à “vagabundagem”, visto que essas concepções escondem o cerne do modo de produção capitalista, que produz uma série de expressões da questão social, muitas das quais consubstanciadas na formação desse fenômeno social.

Buscamos uma visão de totalidade, questionamos a explicação da existência de pessoas que utilizam as ruas como moradia por serem drogados, bêbados, preguiçosos e preferirem essa situação a trabalhar e ter muitas contas a pagar. Ideias como estas tendem a dissimular as contradições presentes, de forma a isentar a sociedade de classes pelo seu papel de produtor de miséria e de uma gama diversificada de expressões da questão social, culpabiliza os sujeitos que vivenciam a rualização e coloca neles a responsabilidade pela superação.

Por percebermos as contradições existentes em meio a um contexto de múltiplas determinações, trabalhamos com a lógica marxista, pois diferentemente da formal considera a centralidade das contradições para o debate presente.

População em situação de rua e a ideologia liberal

A discussão acerca do fenômeno população em situação de rua atrela-se a diversos de seus determinantes. Os motivos apontados para o processo de rualização mesclam-se entre si, e são interpretados de diferentes maneiras, desde as que veem somente o aparente, até aquelas que buscam uma visão de totalidade, com o intuito de compreender o âmago desta incontestável expressão da questão social. Procuramos nos aproximar desta última concepção, por inferir que esta é a forma mais adequada para melhor entender o real.

A heterogeneidade é a marca preponderante desse fenômeno, esse aliás, é um dos poucos consensos que circundam o tema. Multifacetadas expressões da questão social estão presentes em sua produção e reprodução. Trata-se de um fenômeno urbano perceptível nas grandes cidades do Brasil e do mundo. Na próxima figura evidenciamos a centralidade do capitalismo enquanto produtor de diversas expressões da questão social que se entrelaçam também na expressão rualização.

Figura 1- Rualização inseparável do capitalismo



Elaboração própria. Fonte: Silva, 2009; Brasil, 2008; Rosa, 2005.

Por que existem pessoas vivendo em situação de rua? Para esta pergunta existem diferentes respostas, cada uma embasada numa ideologia, ainda que esta possa ter sido naturalizada de tal forma que é tida como verdade incontestável. Na próxima citação há uma resposta implícita para ela.

Embora as causas dessa saída às ruas sejam diversas, há predominância dos vícios, abandono/trauma familiar, distúrbios psicológicos e neurológicos. O ingresso ao mundo das sarjetas e pontes está ligado não só ao uso do álcool e drogas, mas o abuso de tais substâncias é o ponto que enfraquece e rompe os laços familiares se é que eles existiram (PRADO, GOMES, 2017, sp).

Percebemos que as autoras evidenciam questões relacionadas aos indivíduos enquanto causa da rualização. Quintão (2012, p.19) também traz uma perspectiva individualista em seus argumentos. Ela separa a população em situação de rua em três grupos a) “os que estão na rua por falta de alternativa” são os que perderam o emprego, passaram por sérios desentendimentos familiares, perderam a moradia, migrantes e incapazes ao trabalho; b) “os que estão na rua por opção”, que escolheram o “anonimato das ruas por outro motivo qualquer”; c) “dependentes de drogas ilícitas”, que apesar de habitar o mesmo espaço não devem ser confundidos com os dois grupos anteriores.

Em ambos os casos percebemos um total esvaziamento da dimensão de classes sociais e do papel da produção e reprodução capitalista enquanto inerente ao cerne da situação de rua. No primeiro há associação clara da utilização de álcool e outras drogas como motivador da situação de rua, porém, diante das inúmeras determinações presentes, nem sempre são os fomentadores, podem advir como forma de esquecer os problemas e como um anestésico e agente socializador já na situação de rua. Ao inferir a questão “vícios” acaba por evidenciar um cunho moralizante que reduz a apreensão do fenômeno social.

Sobre a classificação proposta por Quintão (2012) ressaltamos a nossa discordância. Como separar pessoas que usam drogas, dos que supostamente optaram pela rua e daqueles que não tiveram alternativa se esses fatores estão envoltos no processo de rualização? Existem de fato pessoas que optaram pela situação de rua? Tal separação evidencia que a aparência sobressai em detrimento da essência das relações sociais.

A separação entre os que supostamente estão por opção e os que não tiveram alternativa nos remete, na realidade, ao tempo de rua, quanto maior for, maior o afastamento da vida anterior ao processo de rualização, são estabelecidos vínculos com outras pessoas em situação de rua e a perspectiva de saída dessa condição e de conseguir um emprego formal reduz à medida que o tempo passa.

Nesse caso, pode parecer que a rua é uma escolha, e ainda que alguma pessoa em situação de rua afirme ter escolhido a vida na rua como um estilo, é necessário refletir, afinal, diversas estratégias são usadas na situação de rua, entre elas o que Snow e Anderson (1998, p.358) chamam de “narrativa fictícia” cujo objetivo é “afirmar uma identidade pessoal positiva”, na qual a população em situação de rua embeleza o passado e fantasia quanto ao futuro e isso é uma forma de resposta à realidade em que vivem. Nesse contexto, dizer que preferem ficar nas ruas não é uma forma de reduzir o sofrimento, ao acreditar nisso? Para Snow e Anderson (1998, p.339) a utilização de entorpecentes, assim como o desenvolvimento de sofrimento psíquico, são formas do que chama de “comportamento adaptativo”, dizer que a moradia nas ruas é uma escolha, para nós é uma forma de tal comportamento.

A explicação com a qual estamos de acordo acerca da existência de pessoas que usam as ruas como moradia e subsistência está alicerçado na estrutura do modo de produção capitalista, que produz constantemente uma superpopulação relativa da qual a população em situação de rua faz parte, sobre isso debateremos no ponto sobre a lei geral de acumulação capitalista.

Com relação ao perfil, é formado em sua maioria por homens, em idade economicamente ativa, que vivem em grupos ou sozinhos, possuem baixo nível instrucional e tem no trabalho informal sua principal estratégia de sobrevivência. Pobreza, ausência de moradia e desentendimentos familiares são elementos presentes nesse fenômeno social¹.

¹ Ver mais em Silva, 2009; Brasil, 2008; Rosa, 2005; Chile, 2012.

Condensa multifacetadas expressões da questão social e não pode ser visto como consequência de cada uma delas, individualmente, como se o desemprego sozinho levasse à situação de rua, ou o baixo nível instrucional, ou ainda a utilização de entorpecentes. São elementos que se emaranham em meio ao complexo de determinações no qual se encontram.

Há que se ter cuidado para não tomar uma perspectiva moralista e de culpabilização ao perceber esses elementos, ainda que o desemprego, o baixo nível instrucional e a drogadição estejam entre as determinantes do fenômeno, não associamos sua presença à falta de esforço pessoal, preguiça de buscar um trabalho formal, falta de capacitação, gosto pela “vagabundagem”. A visão neoliberal possui esse discurso, defende que há lugar para todos e os que não conseguem inserção nos empregos são os únicos culpados pela sua situação, esta é a ideologia dominante².

Entre as múltiplas determinações que perpassam o fenômeno está a utilização de álcool e outras drogas, porém não se reduz a ela. Ocorre em alguns casos como resposta dos indivíduos à perda do emprego e “incapacidade” de prover o próprio sustento, ou mesmo em situação de rua, como uma resposta à condição miserável em que vivem e que desejam esquecer. O baixo nível instrucional é outra determinação e decorre de vidas onde o estudo tornou-se impossível, visto que tiveram que abandoná-lo para trabalhar e contribuir com o sustento da família.

Para a ideologia liberal, o mérito é um ponto defendido, sob a ideia de que cada indivíduo possui o que buscou, de acordo com seu esforço, os que mereceram atingem seus objetivos, os outros que não lograram êxito, não se esforçaram o bastante. Mérito é entendido como “conduta merecedora de louvor, ou seja, o caráter moral da ação” (HAYEK, 1983, p.112). A concepção de mérito atrela-se à ideia de esforço, dedicação em prol de um objetivo, de maneira que tal esforço é subjetivo. “Julgar o mérito pressupõe podermos julgar se as pessoas fizeram o devido uso de suas oportunidades e quanto isto lhes custou em termos de força de vontade e abnegação” (HAYEK, 1983, p.113).

² A respeito da visão da população em situação de rua, “Sob o ponto de vista da ideologia dominante, no entanto, a explicação sobre a existência destas categorias se fundamenta num radical psicologismo, quando as causas são consideradas como de caráter individual. Nesse sentido, a culpa da pobreza, miséria e não participação recai sobre a própria vítima que é considerada desajustada, desintegrada, marginal” (DI FLORA, 1987, p.16).

O pensamento liberal, enquanto ideologia dominante tornou-se tão enraizado na mente das pessoas, que para ver suas falácias é preciso ampliar o olhar, entender que a realidade concreta é produto de múltiplas determinações, tendo a história um papel fundamental. A organização social que temos na atualidade não surgiu de repente, pelo contrário, foi construída. As ideias liberais, resgatadas pelo neoliberalismo, são tomadas como verdades incontestáveis e único caminho possível, como se não tivéssemos alternativa.

Dentre os dados que formam o perfil da população em situação de rua temos o baixo nível instrucional, no Brasil, 63,5% não concluíram o ensino fundamental, a ideologia dominante poderia reduzir a explicação da realização nesse dado, considerando que não estudaram o suficiente, reiterando a ideia de ausência de mérito para explicar a condição vivida, sob a noção de que lhes faltou esforço no âmbito escolar, todavia o que dizer do aumento no número de pessoas com ensino superior em situação de rua? Pesquisa realizada no Rio de Janeiro evidenciou que o aumento da população em situação de rua com nível superior entre 2015 e 2016 foi de 75% (ALBERNAZ, 2017).

Reiteramos que, ao contrário da ideologia dominante liberal aqui discutida, vemos o fenômeno social população em situação de rua enquanto um produto do capitalismo, como uma “expressão radical da questão social”³, formado por múltiplas determinações, são integrantes da superpopulação relativa, um grupo imprescindível para a produção e reprodução capitalista, que abarca pessoas que vivem em condições tão pauperizadas de vida como a população em situação de rua, e, isso não é consequência da ausência de mérito ou baixa escolaridade, tampouco meramente a drogadição, mas sim porque é inerente à acumulação capitalista a existência de um grupo menor que acumulará riqueza às custas de um grupo maior, que acumulará miséria, conforme a lei geral de acumulação capitalista, que será trabalhada a seguir.

Lei geral de acumulação capitalista e classe trabalhadora

Não é possível mensurar um capitalismo destituído de classes sociais, ainda que reconheçamos muitas tentativas de ignorá-las e ocultá-las, com discursos que defendem ações individuais e não coletivas, de forma a desmobilizar as massas em prol de seus direitos, e, para além disso, contribuindo com a desmobilização da busca de uma

³ (SILVA, 2009, p.26).

sociedade sem opressão, onde seja inaceitável a acumulação de poucos em detrimento da maioria e inconcebível a existência de pessoas que vivem em situação de rua.

Evidenciamos, que ao tratar do que chama de indigentes, vivem no pauperismo e dependem da caridade Marx explicita sua integração à classe trabalhadora, segundo seu pensamento “uma palavra sobre o pauperismo oficial ou a **parte da classe trabalhadora** que perdeu sua condição de existência, a venda da força de trabalho, e que vegeta graças à caridade pública” (MARX, 1996, p.282, grifos nossos). Esta ideia de Marx corrobora nossa defesa da população em situação de rua enquanto integrante da classe trabalhadora, sabendo, porém, que a maioria não vive da caridade, sobrevivem de trabalhos informais e esses são também classe trabalhadora.

Classe trabalhadora continua assim como quando Marx escreveu um termo amplo, que não se reduz aos trabalhadores produtivos nem somente aos trabalhadores de indústrias. A tradução da palavra usada por Marx (Arbeiterklasse⁴) como classe operária causou a confusão de restrição da classe trabalhadora aos trabalhadores produtivos das indústrias em algumas interpretações, todavia não é esse o sentido presente na obra de Marx, que o utiliza enquanto um termo genérico que abarca diversos trabalhadores (MATTOS, 2012).

E ao tratar da classe trabalhadora, mesmo em seus textos de crítica da economia política, Marx nunca a restringiu ao operariado industrial, nem por meio de uma associação restritiva com os submetidos à subsunção real, nem tampouco por uma definição que fechasse a classe no setor produtivo (MATTOS, 2012, p.67).

É necessário enfatizar sobre esse aspecto, visto que a defesa de uma classe trabalhadora reduzida pode advir do desconhecimento de tais problemas de tradução, algumas versões chamam de classe operária quando na realidade Marx debateu sobre a classe trabalhadora.

Concordamos com Mattos (2012) e Linden (2016) com relação à necessidade de uma noção ampliada da classe trabalhadora, para além dos trabalhadores produtivos. A classe trabalhadora ao invés de restrita a esses, contém uma diversa gama de pessoas que possuem a sua força de trabalho como única mercadoria.

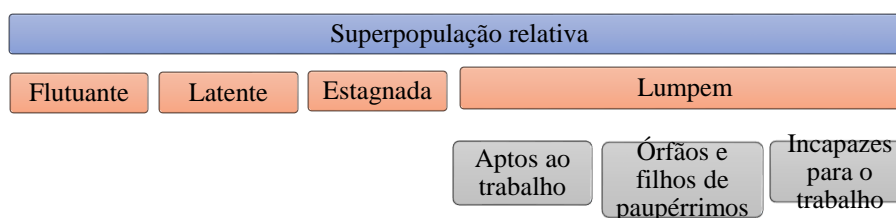
A sociedade capitalista produz a superpopulação relativa e “Todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado” (MARX,

⁴ Mattos (2012, p.66) coloca em pauta essa discussão e revela os problemas de tradução inerentes a essa palavra, que quando traduzida como classe operária revela uma redução da classe trabalhadora que Marx em nenhum momento propôs.

2013, p.716). Salientamos que não existe capitalismo sem a formação de um grupo que não esteja inteiramente inserido, e que necessite de outras formas para sobreviver, como o trabalho informal, por exemplo. Sua existência não é um equívoco do modo de produção capitalista, é seu fruto e alavanca da acumulação capitalista.

Entendemos que o lumpemproletariado integra a superpopulação relativa, é uma forma mais baixa, no sentido de que as condições de vida dos que ali se encontram são piores que a dos outros trabalhadores, vivem na miséria e não conseguem atender sequer suas necessidades básicas. Ainda assim, eles são parte da superpopulação relativa, por isso nas figuras sobre o assunto colocamos essa forma ao lado das outras três abordadas por Marx (2013).

Figura 2- Formas da superpopulação relativa



Elaboração própria. Fonte: Marx, 2013

As figuras não devem ser observadas com olhar determinista, de forma a tentar encaixar cada um que se encontra parcial ou inteiramente desocupado num grupo, tampouco demonstramos que primeiro a pessoa passará pela forma flutuante, depois latente, depois estagnada e depois lumpem. Esse não é o nosso objetivo, tampouco nossa leitura. A realidade passa por diversas mudanças, de maneira que as formas apresentadas não abrangem todas as formas da superpopulação relativa, além disso, há uma gama diversa de determinações que permeiam a realidade. Assim, essas formas aparecem na realidade das mais diferentes maneiras possíveis.

Reiteramos que indicamos na última figura as formas básicas apontadas por Marx, as três primeiras e o que ele chama de sedimento mais baixo da superpopulação relativa, o lumpemproletariado, que por sua vez é dividido em três categorias. Na próxima figura explicamos quais trabalhadores compõe cada uma delas.

Figura 3- Composição da superpopulação relativa

Flutuante	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores ora atraídos ora repelidos do mercado de trabalho.
Latente	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores do campo que são expulsos pela conjuntura a migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida.
Estagnada	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores inseridos porém em ocupações irregulares. • Sua condição de vida é inferior ao da parcela da classe trabalhadora em ocupações regulares.
Lumpem	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores que vivem no pauperismo, a miséria é uma constante em suas vidas.

Elaboração própria. Fonte: Marx, 2013

As últimas figuras mostram as formas constantes da superpopulação relativa apontadas por Marx (2013). Porém, precisamos considerar dois pontos:

1º- Marx (2013, p.716) explicou que não trabalharia com as “grandes formas, periodicamente recorrentes” e sim com as constantes, assim, desde sua época existem outras formas com as quais ele não trabalhou.

2º- O método crítico-dialético com o qual trabalhamos evidencia as diversas mudanças existentes ao longo do modo de produção capitalista, que fez diversas alterações na sociedade capitalista e na forma como a humanidade vive. Opõe-se à ideia de que tudo é como sempre foi e permanecerá eternamente. Pelo contrário, muito do que é naturalizado e percebido como consequência de ações individuais são produtos e produtores da reprodução e desenvolvimento do capitalismo. E considerando as especificidades do método, uma mesma pessoa não precisa estar necessariamente em somente uma das formas. Tal método nos convida a entender o que foi pesquisado pelos demais autores e avançar no debate, visto que com o passar do tempo temos novas particularidades que nos levam a fazer outras perguntas ao concreto, que por consequência exigem novas respostas.

Para Cassagnac trabalhadores, mendigos, prostitutas e ladrões formavam o proletariado. Bensen, incluiu além desses, soldados, ciganos, pequenos servos e pobres que não recebiam nenhum tipo de assistência pública (LINDEN, 2016, p.90). Com o passar do tempo essa visão foi sendo alterada, enquanto parte dos trabalhadores não se considerava proletariado e sim uma outra classe diferente, outra parte se considerava proletário, porém via outros grupos com discriminação, para eles, prostitutas, mendigos e ladrões eram inferiores e por isso não faziam parte do proletariado, esses seres supostamente inferiores comporiam o lumpemproletariado (LINDEN, 2016).

Com relação a essa diferenciação feita pelos próprios trabalhadores, desconsiderando seus pares como se fossem superiores ao lumpemproletariado, saliento que nem todos os integrantes da população em situação de rua se consideram enquanto tal, muitos deles percebem a si mesmos como trabalhadores desempregados e não se relacionam com os que aos seus olhos são “mendigos”⁵, “moradores de rua”, ou “pessoas em situação de rua”.

Essa diferenciação que gera uma ausência de identificação com os demais é mais comum quanto menor for o tempo de rua, à medida que o tempo passa os que vivem o processo de rualização familiarizam-se progressivamente, tanto no que diz respeito ao conhecer a rua e as estratégias de sobrevivência possíveis nela, como os trabalhos informais possíveis de serem realizados, o manguieio, a mendicância, o pedido, os locais de distribuição de comida, instituições de acolhimento, quanto a associação com outras pessoas que vivem na mesma condição e também passam a identificar a si mesmos enquanto em situação de rua (ROSA, 2005; SNOW; ANDERSON, 1998).

Linden (2016) questiona Marx por, segundo a sua interpretação, considerar o proletariado o único com potencial revolucionário e o lumpem como uma escória social. Para Linden (2016) o lumpemproletariado é consequência de ideais morais do autor e faz parte do proletariado. Linden (2016) questiona a validade da teoria do valor. Concordamos com Linden (2016) no que diz respeito à integração do lumpem ao proletariado, assim como as demais formas da superpopulação relativa.

Porém, ao contrário de rebaixar a obra de Marx, ou desconsiderarmos a teoria do valor, vemos a necessidade de continuar os estudos sobre o assunto, tendo sua obra como algo fundamental e basilar. Seus estudos sobre os determinantes da sociedade capitalista e a forma com que se desenvolve ainda são válidos hoje, e continuarão enquanto existir capitalismo.

⁵ Por ausência de espaço suficiente não debateremos em detalhes a respeito desses termos, que identificamos entre aspas por entendermos que a literatura especializada brasileira sobre o tema usa de forma geral população de rua e população em situação de rua, o termo mendigo é pejorativo, além disso, não representa a maioria da população em situação de rua, que é formada por trabalhadores, cuja maioria está inserida na informalidade, somente 15,7% conforme dados da pesquisa nacional brasileira tem na mendicância a principal estratégia de sobrevivência. Nós usamos população em situação de rua por considera-lo enquanto um termo político, que vincula a existência desse fenômeno social ao modo de produção capitalista.

Na literatura sobre a população em situação de rua é comum sem levantar o debate sobre a sua posição na superpopulação relativa, apenas afirmar serem componentes do lumpemproletariado, conforme citações que seguem.

O pauperismo [...] faz parte das despesas extras do sistema capitalista, que serão pagas através da extração da mais-valia. Constitui a categoria das pessoas capacitadas para o trabalho, mas que não trabalham, órfãos e filhos de pobres que são absorvidos pelo exército ativo nas horas de expansão e os degradados, despojados e incapazes para o trabalho.

Aqui se localiza o mendigo, objeto deste trabalho, personagem em sua maior parte expulso da zona rural como consequência da expansão capitalista no campo (DI FLORA, 1987, p.34).

Apesar da autora não usar o termo lumpem é nítido que se refere a ele ao declarar a presença da população em situação de rua no pauperismo. Cita exatamente as três categorias presentes no lumpem, conforme especificado na figura 2. Logo após a exposição desse grupo, a autora fala da migração do campo para a cidade e diz que a maior parte dos “mendigos” passou por essa migração, o que sabemos, caracterizaria a população latente. Todavia lembramos que o trabalho foi escrito na década de 1980, período do êxodo rural brasileiro, o que explica sua inserção em grande medida, nesta época, na forma latente.

Os mendigos estão incluídos num resíduo nitidamente distinto das outras categorias, dentro da faixa relativamente periférica que é o lumpemproletariado (*sic). Superpopulação flutuante, estagnada e latente, são vinculados, embora intermitente, à escola do trabalho [...] nas sub-categorias do “inferno do pauperismo” os mendigos pertencem ao “lumpemproletariado” no sentido estrito, ao mundo particular das classes perigosas (STOFFELS, 1977, p.48).

Stoffels (1977) conforme revelado, especifica claramente a inserção do grupo aqui estudado enquanto lumpem, visto que as outras formas da superpopulação se vinculam ao trabalho. Um dos pontos principais de nosso argumento é esse, todavia não para restringí-los ao lumpem, e sim para ampliar a sua presença nas formas básicas, ao perceber a centralidade do trabalho mesmo em situação de rua.

“A população de rua, conceitualmente, faz parte do chamado *lumpemproletariado* (*sic) e, no limite, do exército industrial de reserva” (WANDERLEY, 1995, p.180). Silva (2009) avança ao resgatar a discussão de superpopulação relativa, com destaque para suas formas associando à vida da população em situação de rua antes da ruralização, todavia, ela concorda com a visão de Wanderley (1995) e para ela a população em situação de rua brasileira no período estudado pela autora (1995-2005) “a quase totalidade desse contingente se encontra nesse profundo sedimento da superpopulação relativa” (SILVA, 2009, p.101), marcado pelo pauperismo. Para ela, sua origem é nas três formas básicas e em situação de rua,

suas características e seu perfil possibilitam associá-lo ao lumpemproletariado (parte da classe trabalhadora que se encontra no pauperismo, é apta ao trabalho mas não é absorvida pelo mercado), ou, no máximo, ao exército industrial de reserva, na forma da superpopulação relativa estagnada, que sobrevive do trabalho precarizado (SILVA, 2009, p.101).

Concordamos com Silva (2009) no que diz respeito a presença das formas da superpopulação relativa antes da população em situação de rua passar pela rualização, todavia, depois da rualização ela pode também compor uma das três formas básicas da superpopulação relativa. E, considerando o dado da pesquisa nacional brasileira que revelou 70,9%⁶ desse grupo populacional sobrevivem através de sua inserção em trabalho informais, em sua esfera mais instável e precarizada possível, a forma estagnada é a que de modo geral melhor representa aos que vivenciam esse fenômeno social, e não o lúmpem. Portanto, discordamos da restrição da população em situação de rua à forma lumpemproletariado.

estudos incluíam os “mendigos” da época à categoria denominada por Marx de lumpemproletariado. Essa tendência prevaleceu entre os sociólogos brasileiros até muito pouco tempo atrás, mesmo quando o número de moradores de rua começou a atingir patamares expressivos. Ao proceder dessa maneira, eles conseguiram justificar as distorções do capitalismo, apontando o lúmpem (*sic) como o maior exemplo das injustiças do sistema, não se preocuparam porém, em construir categorias de análise que levassem em conta as especificidades dessa população, contribuindo, assim, para a reflexão sobre suas reais necessidades e para a elaboração de políticas sociais (GIORGETTI, 2006, p.41).

Segundo Giorgetti (2006, p.42) os chamados mendigos eram automaticamente tomados como lúmpem, o que servia para cercear o debate sobre o tema, de forma a não refletir sobre as múltiplas determinações inerentes a esse fenômeno social. Uma marca preponderante do fenômeno população em situação de rua é a heterogeneidade, considerá-los todos enquanto lumpem é uma forma de homogeneização, o que atrapalha a percepção de suas particularidades, e dispensa “informações adicionais que permitissem uma melhor caracterização dessa população”.

Os argumentos aqui trabalhados indicam que o capitalismo atingiu um grau de desenvolvimento tal que a pauperização nas demais formas da superpopulação relativa é tão grande que poderíamos pensar numa lumpemproletarização das formas básicas da superpopulação relativa.

Considerações finais

⁶ BRASIL, 2009

A realidade em que vivemos é repleta de contradições, assim como o fenômeno social população em situação de rua que abarca multifacetadas expressões da questão social. Relatos diversos de pessoas que passaram pelo processo de realização retratam histórias de múltiplas perdas, que envolvem a utilização de álcool e outras drogas, o baixo nível instrucional, o desemprego, desentendimentos familiares e migração em busca de melhores condições de vida.

Apesar da formação de seu perfil conter tais expressões da questão social, salientamos que o fenômeno social é fruto do capitalismo, consequência do cerne do capitalismo, a relação contraditória existente entre capital e trabalho. Assim, ainda que existam pessoas com baixo nível instrucional e que antes ou depois da realização utilizam drogas lícitas e/ou ilícitas, estas características não determinam a existência desse fenômeno social na sociedade capitalista. A população em situação de rua integra a superpopulação relativa e mesmo se toda a população tivesse alto nível instrucional e não utilizassem nenhum tipo de droga, permaneceria a existência de pessoas usando a rua como moradia e subsistência.

Temos uma concepção ampliada de classe trabalhadora, e consideramos a população em situação de rua sua integrante, para nós, a superpopulação relativa, da qual a população em situação de rua faz parte abarca a classe trabalhadora.

Em meio ao capitalismo o fenômeno pode ser somente mitigado, através de estratégias de enfrentamento, por meio de políticas sociais, porém, a única forma de superação do processo de realização enquanto fenômeno social é a derrocada do capitalismo e a construção de outro modo de produção, onde não exista exploração de nenhum tipo, na qual todos são de fato iguais e livres, num contexto onde a emancipação humana faz-se presente, para isso é fundamental o rompimento com a ideologia dominante. A revolução é o único caminho possível para a superação das contradições do capitalismo, torna viável uma nova fundação para a sociedade, é a "força motriz da história" (Marx; Engels, 2007, p.47).

Referências

ALBERNAZ, Bruno. **Número de moradores de rua com curso superior cresce 75% em 1 ano no RJ.** 10/04/2017. Disponível em < <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/numero-de-moradores-de-rua-com-curso-superior-cresce-75-em-1-ano-no-rj.ghtml>> Acesso em 10/12/2018.

BRASIL. **Sumário executivo da Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome, 2008.

CHILE. **En Chile Todos Contamos**: Segundo cadastro Nacional de Personas en situación de calle. Ministerio de Desarrollo Social. 2012. Disponível em: < http://www.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/plancalle/docs/En_Chile_Todos_Contamos.pdf >. Acesso em 24/12/2018.

DI FLORA, Marilene Cabello. **Mendigos**: Porque surgem, por onde circulam, como são tratados? São Paulo: Editora Vozes, 1987.

FRIEDMAN, Milton. **Livre para escolher**. São Paulo: Record, 2015.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua**: Uma questão social? São Paulo: FASESP, 2006.

LINDEN, Marcel Van der. **O conceito marxiano de proletariado**: uma crítica. Revista Antropologia. Rio de Janeiro, v.06, abril, 2016.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Editora Nova Abril Cultural, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2012.

PRADO, Cíntia B; GOMES, Margarida M. **A População Em Situação De Rua E O Direito A Cidade**: O Caso De Campos Dos Goytacazes/Rj. FÓRUM HABITAR 2017 Belo Horizonte/MG - 08 a 10/11/2017. Disponível em <https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/73073.pdf>. Acesso em 11/12/18.

QUINTÃO, Paula Rochilitz. **Morar na rua**: há projeto possível? 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e urbanismo. Universidade de São Paulo. 2012.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec: Associação Rede Rua, 2005.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados**: Um estudo sobre o povo da rua. São Paulo: Editora Vozes. 1998.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **População de rua e a conjuntura atual**. In: ROSA, Cleisa M. M. População de rua Brasil e Canadá. São Paulo: HUCITEC, 1995.